

Lisboa. Vogal da 3.<sup>a</sup> Comissão (Direitos e Deveres Fundamentais III), ocupa também o cargo de vice-secretário da Mesa da Assembleia Constituinte, em representação do PS. Foi deputado à Assembleia da República, entre 1976 e 1979.

Pedro Marques Gomes

*Fontes e bibliografia*

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo Individual; Vieira, Mónica Brito e Silva, Filipe Carreira da, *O momento constituinte: Os direitos sociais na Constituição*. Lisboa: Almedina, 2010.

## CARVALHO, Herculano Henriques Cordeiro de (n. 1943)



Filho de Aníbal Henriques de Carvalho e de Palmira Cordeiro, nasceu em Ortiga, no concelho de Mação, em 24 de agosto de 1943. Desde muito cedo que se envolveu nas lutas políticas de oposição ao Estado Novo, tendo sido preso duas vezes pela PIDE/DGS. Cumpriu o serviço militar na Guiné, de onde vem evacuado em maio de 1968. Participou ativamente nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973 da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa, sendo, nesta última, candidato a deputado. Integrou a Comissão Nacional do 3.º Congresso da Oposição Democrática, que se realizou no Cine Teatro Avenida, em Aveiro, entre 4 e 8 de abril de 1973. Tornou-se militante do Partido Comunista Português em 1972 e membro da Direção da Organização Regional de Lisboa do PCP em 1975, sendo o responsável pela área das autarquias locais e da organização popular de base. Em setembro de 1975, assumiu o lugar de deputado na Assembleia Constituinte pelo PCP, em substituição de Georgette de Oliveira Ferreira, que renunciou ao mandato devido ao seu trabalho político. Foi nomeado vogal da 7.<sup>a</sup> Comissão (Poder Local) em substituição de Fernando dos Santos Pais. Esteve particularmente envolvido na defesa das comissões de moradores, opondo-se à sua transformação em associações de moradores. A par da atividade político-partidária, envolveu-se também nas lutas sindicais (pertenceu ao Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica) e cooperativas (pertenceu à Cooperativa VIS da Amadora, da qual foi eleito presidente em 1970). Foi professor de instrução primária, delegado de propaganda médica e empregado de escritório. Morreu em 14 de janeiro de 1976, aos 32 anos, quando socorria as vítimas de um acidente de viação. Era casado com Maria Henrique Inês de Carvalho e tinha três filhos.

Fátima Mariano

*Fontes e bibliografia*

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975;

*Avante!*, 15 de janeiro de 1976, p. 3; *Diário da Assembleia Constituinte* n.º 51 (24 de setembro de 1975); n.º 102 (13 de janeiro de 1976); *Diário da Assembleia Constituinte*, 2 de junho de 1975 a 2 de abril de 1976. Lisboa: Assembleia da República, 1995; Ferreira, José António Costa, *O poder local e regional na Assembleia Constituinte 1975-1976*. Coleção Parlamento. Lisboa: Assembleia da República, 2007.



## CASTRO, António Joaquim da Silva Amado Leite de (n. 1930)

Nasceu em Lisboa, a 4 de junho de 1930. Deputado à Assembleia Constituinte, pelo Partido Popular Democrático, eleito pelo círculo de Viana do Castelo. Filho de Domingos de Araújo Leite de Castro e Maria Madalena Morais da Silva Amado, casou-se, em 1958, com Maria do Rosário de Fátima de Lima de Brito e Cunha. Técnico industrial de profissão, diplomado pela École Nationale Supérieure des Industries Textiles de Mulhouse, em França, fundou em 1964 a empresa Flexitex, em São João da Madeira. Juntamente com Sá Carneiro, Mário Brochado Coelho e outros, foi sócio fundador da Confronto – Cooperativa de Promoção Cultural, de matriz católica, criada em 1961, no Porto, e extinta a 3 março de 1972, na sequência de um decreto do Ministério do Interior. Membro fundador do PPD, António Leite de Castro passou a integrar o Conselho de Fiscalização do partido por ocasião do I Congresso, em novembro de 1974. Eleito por 50 426 votos para a Assembleia Constituinte, Leite de Castro integrou, enquanto vogal, a 2.ª Comissão (Direitos e Deveres Fundamentais – Títulos I e II), tendo o próprio lido a declaração de voto dos membros do PPD que a integraram, salientando que os direitos e as liberdades fundamentais eram entendidos como «inerências da própria dignidade da pessoa humana e, por isso, como algo de anterior e superior ao poder político do Estado». Por conseguinte, consideravam que o Estado não «cria os direitos e liberdades fundamentais; compete-lhe somente reconhecê-los e garanti-los» (DAC n.º 30, 12 de agosto de 1975). Fez parte ainda da delegação da Constituinte na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que reuniu em outubro de 1975. A sua intervenção na Assembleia Constituinte ficou ainda marcada pelas análises à situação política vivida após o 25 de Abril, apresentadas por Leite de Castro em dois momentos: a primeira, em outubro de 1975, trazendo para o debate a «dicotomia província/Lisboa», criticando a concentração do poder em Lisboa e a «colonização ideológica», numa crítica à ação do Partido Comunista Português (DAC n.º 71, 29 de outubro de 1975); a segunda, já no término da Constituinte, em março de 1976, congratulando-se com a institucionalização da democracia em Portugal e exortando os partidos políticos e as forças armadas a assumirem a sua responsabilidade neste processo (DAC n.º 116, 10 de março de 1976). António Leite de Castro dirigiu diversos requerimentos ao governo relativos à região de Viana do Castelo: sobre a eletrificação no distrito (DAC n.º 132S1, 3 de abril de 1976); o abastecimento de água (DAC n.º 78, 8 de novembro de 1975); ou a construção de caminhos públicos (DAC n.º 85, 22 de novembro de 1975). Apesar do ativismo em prol da sua